

## FORÇAS SOCIAIS E CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

MARIANO T. ALVES

As forças sociais responsáveis pela criação da Universidade dos Açores não se limitam aos anos de 1974 e 1975. Se as condições ambientais determinam certas acções, umas e outras implicam valores que, por seu turno, explicam as forças sociais que têm regido os Açores durante séculos.

Desde o início do povoamento do Arquipélago dos Açores até ao século XX destacam-se quatro forças sociais fundamentais e da maior importância: económica, demográfica, política e religiosa.

A partir de 1460, o arquipélago começou a ser objecto de interesse não só para as jornadas marítimas da expansão portuguesa mas também para a provisão e, prosperando, os seus vastos recursos trazem grandes benefícios para Portugal. De facto, como resultado de novas plantações introduzidas nos séculos XVI e XVII, torna-se uma força económica, e, até aos fins do século XIX, a Coroa era puramente exploradora, viajando os produtos apenas em um sentido — Açores-Continente. Oliveira Marques lembra-nos que eles mantiveram o Governo Central com constantes lucros, na forma de produtos e taxas<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, *History of Portugal*, New York and London, Columbia University Press, 1972.

Além de representarem uma força económica, já no fim do século XV foram também lugar de recrutamento de pessoal para a navegação, tendo a população aumentado consideravelmente nos fins do século XVII.

Como já é lugar comum afirmar-se, o poder era altamente centralizado, facto que deu início a certo mal estar relativamente ao Governo de Lisboa. Os açorianos sentiam-se frustrados na sua capacidade para efectuarem o seu desenvolvimento e limitados quanto às decisões políticas. Fortes controlos eram exercidos pelas organizações religiosas, civis e militares. Cândido Forjaz cita queixas públicas descritas por Gregório de Melo quanto à falta de interesse por parte dos Governadores vindos do Continente para as ilhas<sup>2</sup>.

O mesmo acontecia na hierarquia religiosa. Desde o início da sua história até hoje, dos 37 bispos da Diocese de Angra apenas um foi açoriano, apesar de aqui terem tido o seu berço bispos e cardeais que serviram o império e prestaram relevantes serviços a Portugal<sup>3</sup>.

Diversas foram as ordens religiosas que então se estabeleceram e se empenharam em diferentes actividades. Como marco histórico da instrução nos Açores, é sabido que os franciscanos começaram as suas escolas pouco depois do início do povoamento. A instrução não era portanto um peso para o tesouro público, todavia, atingiu apenas uma pequena parte da população.

Com o liberalismo, durante a segunda parte do século XVIII e a primeira do século XIX, os Açores reagem contra a centralização política e a exploração económica. As tentativas feitas no sentido de se transferir o

<sup>2</sup> Cf. FORJAZ, C. Pamplona, *Memórias*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1934.

<sup>3</sup> Cf. PEREIRA, J. A., *A Diocese de Angra na História dos Seus Prelados*, Angra do Heroísmo, Editora Andrade, 1950.

poder centralizador para representantes eleitos são pouco eficazes, mas, uma autonomia local é vista como o meio pelo qual o poder seria desdobrado e se dariam às forças açorianas melhores possibilidades de autodeterminação relativamente à economia e à instrução.

A Academia Militar existente foi posta em questão em 1825, por um ambicioso plano de estudos, que demonstrava preocupações com a instrução básica, a economia rural e o desenvolvimento da agricultura, a mecânica e os cuidados de saúde. Deste último aspecto, resultou a criação da efémera Escola Médica em Ponta Delgada, resposta em extremo a uma das preocupações, enquanto as demais necessidades foram negligenciadas, pois, com excepção de um projecto avançado, depressa bloqueado quanto à escola de agricultura, até ao final do século XIX não há noção da necessidade de uma instituição de ensino superior<sup>4</sup>.

Após o Setembrismo, os Açores beneficiaram do plano nacional que estabelecia uma instrução secularizada. Abriam-se os liceus entre 1851 e 1853, as escolas técnicas entre 1885 e 1890, embora as escolas para a formação de professores primários só sejam criadas entre 1875 e 1898, isto é, vinte e quatro anos depois do primeiro liceu<sup>5</sup>.

Uma educação mais liberal, era de molde a influenciar o aparecimento de novas forças políticas nesse final do século XIX. Os liceus começam a formar as elites dos Açores e elas promovem objectivos, reforçam os valores existentes, os quais, para serem materializados, precisam de novas instituições. Surgem defensores do desenvolvimento e da descentralização, crescem os estímulos para um poder «regional» expressos no desejo de autonomia,

<sup>4</sup> MATOS, Teodoro de, *Academia Militar da Ilha Terceira (1810-25). Algumas notas para o seu estudo*, Lisboa, Boletim do Arquivo Histórico Militar, Vol. 50, 1980, pp. 9-17.

<sup>5</sup> DIAS, Urbano Mendonça, *História da Instrução dos Açores*, Vila Franca do Campo, Emp. Tipográfica Vila Franca do Campo, 1928.

mas a administração do arquipélago continua muito centralizada e a esperança no ideal liberal, quanto a novas estruturas administrativas, dá poucos frutos. A decisão do Parlamento de encerrar as fábricas de álcool nos Açores, como medida proteccionista dos congéneres estabelecimentos no Continente, tem o efeito de paralisar a economia açoriana, e, de acordo com Faria e Maia<sup>6</sup> lança as bases do primeiro movimento autonómico, um ponto de partida para a história moderna açoriana. Começa, pois, uma fase diferente nas relações do poder entre os Açores e Portugal continental ao mesmo tempo que se confirma a importância da instrução secular como contributo para a consciencialização das forças sociais e sua efectividade na vida política e económica.

Mas, Lisboa continua distante, a ignorar os açorianos e a negligenciar estas ilhas, politicamente fracas e economicamente subdesenvolvidas, mantendo-as sob controlo através das suas entidades oficiais representadas. Os Açores continuam a viver de perto necessidades prementes, a pedir soluções, a reclamá-las e repeti-las, situação esta que foi uma constante por cerca de século e meio.

De qualquer modo, o liberalismo marcou o começo de uma nova era na história dos Açores, onde emergiram valores que influenciaram as condições sociais e levaram a esforços para se criarem diferentes oportunidades na instrução, embora fossem frustrados pois não eram ainda politicamente possíveis.

Os anos de transição para o século XX e as primeiras décadas são vividas em um Portugal politicamente instável, seguindo-se-lhes o período do Governo de Oliveira Salazar, que podemos dividir em duas partes:

---

<sup>6</sup> Cf. FARIA E MAIA, F.A.M., *Novas Páginas da História Micaelense (Subsídios para a História de S. Miguel, 1832-1895)*, Ponta Delgada, Tipografia Insular, 1947.

A primeira parte é de estagnação e incerteza, mas dois acontecimentos de relevo cultural nela tomam lugar: o Primeiro Congresso Açoriano<sup>7</sup>, em 1938, e a Conferência Insular Açoriana, em 1954. Em ambos são identificadas necessidades visando o desenvolvimento educacional e a expansão cultural, mas não são feitas exigências ou pedidos oficiais.

O Primeiro Congresso Açoriano foi uma estratégia governamental para reforçar a cultura lusitana e o simbolismo do regime, no desejo de perpetuar o seu conservadorismo e as supostas virtudes patrióticas. A sua chamada para Lisboa deve ter sido também um mecanismo para aplacar as exigências de autonomia, pretendendo embora ouvir as preocupações vividas no arquipélago.

Apesar dos valores políticos continuarem acesos, eles perderam a sua força devido a pressões exercidas, pois a política centralizadora não encorajava pedidos e era demasiado poderosa para permitir qualquer personalidade às zonas periféricas.

Nas décadas de 40 e 50, entretanto, começariam a surgir forças que se materializaram em determinados organismos culturais, sendo estes um veículo pelo qual se passaram a exprimir os valores açorianos.

Na segunda parte renasce a esperança. Dezasseis anos depois do Congresso Açoriano realiza-se em S. Miguel a Conferência Insular Açoriana. Esboçados planos para a sua repetição no ano seguinte em Angra do Heroísmo, onde se teriam tratado questões relacionadas com o património artístico, histórico e literário, ela não se concretiza. Mesmo assim, reavivou as preocupações de uma sociedade que desejava florescer, apesar de os problemas administrativos e económicos não encontrarem soluções.

---

<sup>7</sup> Grémio dos Açores, *Livro do Primeiro Congresso Açoreano*, Lisboa, Casa dos Açores, 1940.

Existia nos Açores uma ausência de discussões de carácter político. Na verdade, o clima político nacional não era propício e os açorianos pareciam ter medo do poder central; por isso as preocupações culturais tomavam o lugar das preocupações políticas. O conhecimento da realidade açoriana pelo Governo Central continuava, como sempre, pobre. Escritores estrangeiros, indicavam que a maior parte das facilidades e confortos estavam centralizados em Lisboa, a qual, era uma ilha de riqueza e requinte num mar de pobreza nacional. O resto do país estava esquecido.

Para acalmar a agitação orientada para a autonomia, Oliveira Salazar mandara rever o estatuto dos distritos autónomos das ilhas adjacentes e tinham sido criadas nessa altura bolsas de estudo, a que um pequeno grupo de estudantes universitários açorianos poderia ter acesso, mas não havia uma verdadeira política educacional que favorecesse o desenvolvimento do ensino universitário em Portugal, em parte fruto da instabilidade política das primeiras décadas do século XX, a que se veio juntar a segunda guerra mundial, com as restrições económicas que não favoreceriam o incremento da educação, antes trariam a deterioração das suas estruturas.

As décadas da segunda parte do regime Salazarista podemos chamar décadas de esperança. De facto os anos 60 trouxeram novas perspectivas à vida do arquipélago: a emigração aumentou consideravelmente e, como consequência, a densidade populacional, que vinha sendo uma apreensão, diminuiu, as condições económicas melhoraram e a procura da educação universitária aumentou; depois de latente por quase uma geração, o desejo de autonomia reapareceu. E os Açores vão ser cenário de um acontecimento sociocultural importante.

Referimo-nos às Semanas de Estudos<sup>8</sup>; elas foram o ponto fulcral que agrupou as forças intelectuais do arquipélago, criando uma consciencialização dirigida para o desenvolvimento da sociedade açoriana, activando-a sob a forma de comissões regionais de planeamento e consequentes «inputs» no III e IV Planos de Fomento Nacional. Segundo muitos açorianos, facilitaram também a preparação do terreno para a criação da Universidade. Na verdade, muitos deles, presentes nas Semanas de Estudos fizeram depois parte das comissões para o seu planeamento e da comissão instaladora da Universidade dos Açores, as quais comissões articularam forças sociais que, no tempo e pouco mais tarde, apoiaram a Universidade<sup>9</sup>. Para além disso, catalizaram os valores da população e foram uma demonstração da capacidade intelectual açoriana, que parecia ter desaparecido.

Se o III Plano de Fomento admite a necessidade de melhorar os transportes, comunicações, saúde, habitação e instrução de uma maneira geral, o IV declara já a necessidade de instrução pós-secundária e igualdade de acesso; os problemas de insularidade são considerados e pedidos para a criação de um instituto politécnico e de uma escola normal superior são documentados nesse Plano.

Entre 1966-1967, 1.400 estudantes da Madeira e dos Açores frequentavam Universidades em Portugal. Alguns deles poderiam estudar nas ilhas, se nelas existissem instituições de educação pós-secundária, mas enquanto as aspirações autonómicas em Angola e em Moçambique levaram o Governo Central a criar Universidades nesses territórios em 1963, quanto aos Açores podemos falar de diferente

<sup>8</sup> ENES, José, *Livro da III Semana de Estudos dos Açores*, Instituto Açoreano de Cultura/Fundação Gulbenkian, 1964.

<sup>9</sup> Portugal, Presidência do Conselho, *III Plano do Fomento (1968-1973)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1968; *IV Plano do Fomento (1974-1979)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1974.

política, bastando lembrar que, se aos estudantes ultramarinos eram pagos os transportes, com os açorianos tal não acontecia<sup>10</sup>.

Com a entrada de Marcello Caetano para o poder, e já na década de 70, surgem dois acontecimentos políticos de grande significado: os Congressos de Aveiro e Tomar. Críticos acérrimos do Governo Central, tentam promover a consciencialização dos problemas nacionais e açorianos, especificamente. As forças políticas dos Açores representam-se tanto no da Oposição (Aveiro) como no da Acção Nacional Popular (Tomar). Em ambos defendem melhores oportunidades educacionais, denunciando as condições sócio-económicas e culturais existentes<sup>11</sup>.

Vinham a realizar-se, entretanto, as Conferências da Lagoa, promovidas pelo Círculo de Amigos daquela vila. Ainda coarctados politicamente, os conferencistas, foram introduzindo cautelosa e corajosamente os seus temas inclusive sobre os ensinamentos da Igreja, dos documentos do Vaticano II e das encíclicas papais em matéria social e que reforçava a necessidade de uma renovação e promoção da sociedade.

Durante o Governo de Marcello Caetano, e com o seu acordo, a reforma da Universidade em Portugal foi muito debatida e o estabelecimento de modernas Universidades apoiado. Ele próprio era a favor de uma Universidade livre das amarras existentes nas Universidades tradicionais. Para Miller Guerra, igualmente um dos grandes paladinos dessa proposta, as reformas sociais eram impossíveis sem a criação de novas Universidades, as quais, segundo os seus defensores, estimulariam o desenvolvimento sócio-económico das regiões; porém, apesar de altamente recomen-

<sup>10</sup> GUERRA, Miller, *As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna*, Lisboa, Moraes Editores, 1970.

<sup>11</sup> BARBOSA, Manuel, *Luta pela Democracia nos Açores*, Coimbra, Centelha, 1978.

dadas, não houve resultados imediatos quanto à sua criação. Os termos de diversificação, expansão, desenvolvimento e democratização do ensino estavam intimamente relacionados com as preocupações, necessidades e aspirações sociais. A liberalização proposta por Marcello Caetano ficaria dependente das condições apresentadas por Veiga Simão, e, nos Açores, estas são submetidas a uma participação horizontal, reforçando-se o pedido de um Instituto Politécnico e de uma Escola Normal Superior. Só a última foi concedida, mas, com a Revolução de 25 de Abril, a comissão instaladora para o seu estabelecimento foi dissolvida em Agosto do mesmo ano. A filosofia educacional de Veiga Simão, todavia, não deixara de fomentar grandes aspirações quanto à criação de uma Universidade nos Açores<sup>12</sup>.

Com o golpe militar, entretanto, vieram novas liberdades. Os açorianos tomaram a sério os três objectivos anunciados pelo Governo das Forças Armadas: democratizar, descolonizar e desenvolver. Esses objectivos apoiaram as mudanças desejadas, mas, nacionalmente, eles foram interpretados diferentemente. A descolonização como política governamental foi aplicada aos territórios africanos, não aos Açores. Simplesmente os açorianos, na generalidade, sentiam-se colonizados e estavam esperançados de que, através da democratização e descolonização, ganhariam a tão ambicionada autonomia. O desenvolvimento poderia satisfazer outras aspirações: bem-estar económico, novas técnicas e maiores facilidades de instrução.

No dia 7 de Maio de 1974 o Movimento para a Autonomia do Povo dos Açores (MAPA) expressa no seu comunicado vinte estratégias para uma mudança que entendia fosse política e económica. Crescera a esperança na criação de uma instituição de ensino pós-secundário, vindo a estra-

<sup>12</sup> SIMÃO, J. V., *Educação ... Caminhos de Liberdade*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1973.

tégia 14 ao seu encontro, pois refere-se à continuação da obra de Veiga Simão, não esquecendo uma verdadeira Universidade açoriana<sup>13</sup>. Em menos de duas semanas após o golpe militar, forças políticas latentes estavam à espera de que a primeira oportunidade aparecesse, e, uma vez quebrado o muro da barragem, seguiu-se uma torrente de sentimentos, desejos e aspirações.

Dentro de poucos meses, porém, a insatisfação cresce nos Açores, pois a democratização resultou em anarquia, que procurava tirar partido das novas liberdades. Nada de diferente se poderia esperar de uma população que durante décadas vivera politicamente inconsciente e onde a socialização política não existia.

A elite local aproveitou-se deste contexto para reavivar o tema da autonomia, pretendendo desta vez autodeterminação. Os desejos para a criação de uma Universidade surgem claramente associados ao movimento político autónómico. No meio do caos que lavra em Portugal continental, a satisfação dessas aspirações parece politicamente possível pela primeira vez.

Face à viragem para a esquerda, operada a nível nacional em Setembro de 1974, a população açoriana, tradicionalmente católica, rejeita a ideologia comunista, pois sente que ela representa uma ameaça para a maioria, não somente para as classes abastadas, visto não ser apenas contra o capitalismo, que ameaçava poucos, mas também contra a Igreja, que afectava todos.

Tirando sempre partido da situação que se vivia em Portugal continental, as forças políticas açorianas continuam a crescer e o MAPA reaparece em Junho de 1974, depois em Novembro, revigorando as forças sociais e alertando para as vantagens da autonomia.

<sup>13</sup> Cf. Um Grupo de Estudantes Açorianos, *Açores: Do 25 de Abril aos Nossos Dias*, Lisboa, Cooperativa Arma Crítica, 1977.

As autoridades do velho regime sobrepõe-se um governador civil de ideologia de esquerda, cuja nomeação não só foi mal recebida pela maioria da população açoriana como também pelos açorianos da «décima ilha»; ou seja, nos Estados Unidos e Canadá, os emigrantes preocupados com a implementação de um governo comunista, temeram que os laços familiares enfraquecessem e organizaram-se contra o Governo Central, afim de defenderem o «seu» território, e, através do contacto que estabeleceram com o seu líder, o movimento nacionalista FLA criou fortes relações internacionais. Acreditando que Portugal estava a seguir Moscovo cegamente, para a FLA a autonomia não era suficiente — era-o a independência<sup>14</sup>.

A insatisfação concretiza-se na demonstração de protesto do dia 6 de Junho de 1975, cuja intenção directa era pressionar o governo e assumiu uma forma de «revolta» que ultrapassou as vias institucionais de comunicação. Foi esta a tática usada pelos grupos destituídos de poder na sociedade açoriana para conseguirem influenciar os que tomavam decisões.

Com a demissão do Governador Civil, que parece ter sido uma medida para acalmar os ânimos, o Governador Militar dos Açores ficou como representante do Governo Central, presidindo à Junta governativa. Constasse ou não esta medida do calendário do Governo Central, não teve sucesso, quanto à oposição política, porque o Governador Militar dos Açores agindo de forma conciliatória procura satisfazer as duas forças, as de Portugal continental e as dos Açores, não aceitando o separatismo, mas parecendo apoiar a autonomia.

Abrem-se novas vias de comunicação e diálogo, as aspirações açorianas passam a ser interpretadas dos Açores

<sup>14</sup> Cf. MNA/FLA, Documento preparado pelo Movimento Nacionalista Açoreano e distribuído aos participantes do Congresso das Regiões Insulares Europeias, Ponta Delgada (s.d.).

para Lisboa. Começa a preparar-se um ambiente para mudanças futuras. Sem estas, não haveria condições próprias para um desenvolvimento organizacional, sendo os acontecimentos isolados das décadas de 30 a 70 um testemunho bem vivo desta asserção. A Junta governativa passa a elaborar os planos de descentralização do poder e a criação da Universidade veio a ser parte dessa estratégia. Foi o princípio de uma nova era que trazia a mudança política historicamente mais significativa até à data.

Para Lisboa, fica claro que os Açores não estavam jamais dispostos a aceitar um poder central como tinha existido até 1974. Sem os Açores, no entanto, as vantagens de Portugal no Atlântico estariam diminuídas; logicamente, o separatismo açoriano, tinha de ser evitado.

Outrora, a influência dos Açores no todo do império português era pequena. Depois da Revolução de 25 de Abril, Portugal muda geográfica, económica e socialmente; os Açores adquirem uma nova dimensão, a qual os torna mais importantes para a nação. Os açorianos sabem disso e usam-no a seu favor. O descontentamento existente é interpretado, a nível governamental, como uma das razões para o incremento dos movimentos de autonomia e independência, além de ser factor contributivo para outra exigência, entre elas, a criação de uma Universidade. Ora, a verdadeira autonomia era então politicamente possível, e, dentro da mesma, estava a criação da Universidade.

Depois do MAPA, outro grupo de interesse tentou estabelecer uma Universidade privada, com o apoio de forças religiosas, negociando com a América do Norte sem passar por Lisboa, mas, simultaneamente, a Junta governativa, apoia e envida esforços para a decisão de se criar essa instituição de ensino superior; o Presidente usa o seu poder político e a sua posição militar para iniciar planos nesse sentido, chegando a pressionar directamente o próprio Ministro da Educação. É possível, contudo, que, se não se tivessem registado as acções do anterior grupo, a

Junta governativa não se tivesse movimentado. A instabilidade política nacional continua em Outubro de 1975, mas a autonomia era agora já uma força irreversível.

Os planos para a reforma do ensino, propostos por Veiga Simão entre 1970 e 1974, são reactivados a nível nacional, juntando-se-lhes novos projectos. Em Portugal continental, certos intelectuais começam a falar de novas políticas educacionais, abertas a todos os grupos sociais. Outros, que até aí não eram partidários de instituições académicas fora do contexto das Universidades Clássicas, são agora favoráveis, e, em relação aos Açores, defendem uma autonomia política a par da criação de uma Universidade.

As autoridades portuguesas têm a percepção de que, para além das realizações levadas a efeito em nome da democracia, do bem-estar das populações, do socialismo ou da igualdade e justiça social, o risco do separatismo se mantém, e, no seu ponto de vista, a criação de uma Universidade era um passo para o atenuar. Sentem que o tempo e as circunstâncias são favoráveis. Fugindo ao risco de cair na alçada de burocratas, que formassem um Grupo de estudo sobre o condicionalismo da criação da Universidade, a decisão foi tomada fora desse processo.

Para se dar início ao projecto, o Ministro da Educação criou um grupo de planeamento, o qual, liderado pelo Prof. Doutor José Enes — depois de estudos preliminares, propostas oficiais, articulação e agregação de interesses através de comissões locais, procura de recursos nacionais e estrangeiros, levantamento de estatísticas — correu contra o tempo, receando que a situação política nacional retrocedesse e se mudassem as vontades. Assim, talvez ainda preocupado em perder os Açores, o Governo Central responderá com a criação do Instituto Universitário dos Açores (I. U. A.), hoje Universidade dos Açores.

As aspirações e valores das forças sociais dos Açores tinham sido satisfeitas. A sociedade açoriana insistira em

superar barreiras sociopolíticas pela expressão da sua capacidade intelectual.

As vozes de um passado já longínquo, inseridas nas condições ambientais açorianas persistiram. As suas acções foram reavivadas. Umas e outras perpetuaram-se e implicaram dinamismos que explicam e são responsáveis pela criação desta Universidade.